



Pescadores em torno da árvore sapucaia-azul e descascadores da mandioca que produzirá farinha: projeto iniciado por cientistas há dez anos elevou a renda em Mamirauá

Oásis amazônico

Habitantes resistem à pressão da natureza e desenvolvem área que equivale a um milhão de estádios de futebol

EDUARDO GERAQUE
 de Vila Alencar e Tefé

Existe um pedaço da Amazônia que, além de preservado, está em desenvolvimento. Trata-se de uma larga região no médio rio Solimões, dentro da reserva Mamirauá, em que vivem 6.024 ribeirinhos pertencentes a 60 comunidades. Nesta que é a única reserva habitada da floresta, a comunidade mantém de forma sustentável 1.124.000 hectares, área que corresponde a um milhão de estádios de futebol.

A experiência é inédita, e concretiza o que era somente um ideal no Brasil: a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento social. Ao contrário de outros modelos, este não expulsou as famílias habitantes da região — 295 desde que o projeto foi iniciado, há dez anos, pelo biólogo José Marcio Ayres, que ali estudava o macaco uacari-branco.

A população de Mamirauá responde muito bem à iniciativa, capitaneada, no Brasil, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo Ibama. Nascida há 49 anos em Vila Alencar, uma comunidade de 23 famílias e 134 pessoas encravada em algum lugar do médio Solimões, dona Benta Martins é a líder das mulheres locais. Seu cotidiano é ir à floresta buscar matéria-prima para, na volta, montar peças de artesanato. “Não tenho vontade de ir embora. A vida aqui é muito boa”, diz ela, que conhece apenas as cidades de Tefé, a 1h30 de “voadeira” dali, e a de Manaus, a que se chega após dois dias de barco Solimões abaixo.

Depois de rápida parada na capital do Estado, dona Benta Martins não hesitou em voltar a Vila Alencar. Miséria ali não existe. Água, apenas da chuva ou do rio. Telefone, um único orelhão que funciona de acordo com seu humor. Televisão, apenas por algumas horas durante a noite, em razão do preço do óleo diesel que alimenta o gerador da comunidade. A minoria tem antena parabólica.

O grande desafio dos moradores da região de Mamirauá é suportar a pressão da natureza. A reserva é a maior área protegida no Brasil destinada à conservação de florestas inundáveis. Na várzea amazônica, o nível da água sobe, em média, 12 metros entre o período seco, que tem pico normalmente em setembro, e o da cheia, que chega entre maio e julho. Quando o nível da água supera as expectativas, como ocorreu em 1999, várias casas ficam sob as águas. A única forma de sobreviver é abandonar a região e esperar a seca chegar para recuperar o que ficou para trás. As águas da maior bacia fluvial do mundo são implacáveis. Quem não se acostuma se muda. Quem fica, aproximadamente 50% da população que cresce nas comunidades, aguarda a próxima cheia.

Nos prontos-socorros e nas escolas municipais de Mamirauá, a situação já esteve pior. Após a interação com os cientistas do projeto, integrantes da organização não-governamental Sociedade Civil Mamirauá, a mortalidade infantil caiu e as aulas de educação ambiental inseridas no programa curricular fizeram aumentar a preocupação com a higiene e a saúde. Nos últimos cinco anos, apesar de a amos-

tagem ser pequena, o número de óbitos no nascimento está em queda. Em 1994, morreram 84 crianças em mil nascimentos; cinco anos depois, a relação mudou para 34 mortes em mil nascimentos.

A reserva de desenvolvimento sustentável recebe recursos de várias instituições, e o governo brasileiro cuida da maior parte. Dos US\$ 2 milhões que movimenta ao ano, segundo informa o diretor técnico Gordon Armstrong, 70% vêm do país e 30%, do exterior. O governo britânico é o principal agente financiador além-fronteiras, especialmente através do órgão Overseas Development Administration (ODA). No orçamento, portanto, o projeto ainda está longe de ser auto-sustentável. “Mas nossa intenção é criar fundos com a participação do setor privado”, diz Armstrong.

Em Mamirauá, a pesca e a extração de madeira são regulamentadas pelas leis da região. Os estudos são dos pesquisadores do projeto, mas a decisão final sobre qual rumo seguir é tomada pelos próprios representantes das comunidades locais, em assembleias-gerais que não procuram substituir as determinações do poder público.

Mesmo com a proibição da pesca e a diminuição da extração ilegal de madeira no Brasil, a renda média anual das 295 famílias internas da reserva de Mamirauá, que em 1995 era de US\$ 900, está em ascensão. No caso de Vila Alencar, o poder de compra das famílias subiu 53% entre 1994 e 1999. Em termos monetários, este aumento significa uma mudança no ganho anual de R\$ 579,77 para R\$ 1.537,14.

A pesca, uma das atividades econômicas principais entre as comunidades de Mamirauá, é responsável pelo incremento no orçamento mensal dos caboclos amazônicos envolvidos com o projeto de comercialização do pescado, implantado pelo programa que, ao todo, conta com aproximadamente 50 pesquisadores. Com grande valor comercial, o pirarucu é um exemplo prático de que o gerenciamento dos recursos naturais, pelo menos por enquanto, agrada à maioria dos pescadores nativos e ain-



Atividade essencial: controle permitiu a pesca do pirarucu

da preserva os estoques de alimento.

Peixe de maior valor comercial da Amazônia, o pirarucu tem sua pesca proibida desde 1996. Mas em Mamirauá, graças à baixa pressão que os animais sofrem devido aos esforços preservacionistas, a legislação acabou reformulada. Após uma autorização especial do Ibama-Amazônia, a pesca manejada é permitida em alguns dos lagos — na cheia, eles ficam interligados — da reserva. Neste ano, novas áreas serão reabertas para a pesca, sempre com apoio dos órgãos federais e dos dados científicos.

“Foram selecionados 31 lagos na área, divididos em seis grupos. A cada ano, a pesca ocorre apenas em um único grupo, que voltará a ser explorado apenas seis anos depois”, explica João Paulo Viana, o cientista coordenador do programa de pescados: “Os pescadores precisam ainda respeitar o tamanho mínimo de 1,5 metro e a quantidade de três toneladas por tem-

porada de pesca.” A decisão do rodízio dos lagos e da proibição para que embarcações de Tefé ou Manaus entrassem na área da reserva, segundo Viana, surgiu das próprias associações de pescadores.

Os dados coletados pelos cientistas correspondentes aos anos de 1998, 1999 e 2000 mostram que as classes de comprimento total dos peixes se alteraram após o início dos trabalhos do projeto. Antes, os pescadores não respeitavam o tamanho de 1,5 metro, e animais mais jovens eram capturados. A partir de 1998, com a pesca de pirarucus maiores, o número de indivíduos encontrado nas redes diminuiu. A produção final aumentou sem que populações futuras ficassem seriamente comprometidas. “Nossos dados indicam que não serão necessários os cinco anos de repouso dos lagos previstos”, diz Viana. Para o pesquisador, três anos bastarão.

Talvez mais interessante que a pre-

servação dos estoques de pirarucu nos lagos da reserva seja a forma que os pesquisadores desenvolveram para contar, exatamente, o número de peixes habitantes de cada um dos ecossistemas aquáticos. A tecnologia de contagem não é ultramoderna. Ela se baseia no conhecimento do caboclo sobre a selva em que nasceu e vive.

Os cientistas até hoje não entendem, mas os pescadores do médio Solimões podem contar com grande exatidão a população de um lago apenas olhando para ele. O pirarucu bóia na superfície e bate seu corpo, com força, contra a lâmina d'água. Observando isto, os pescadores do setor Juruá da reserva — ao todo são nove divisões — cantam um número para os cientistas.

Antes de acreditar nesse método, os pesquisadores contavam um a um os pirarucus capturados. E quando comparavam seu número com o dos pescadores, constataavam que, entre as várias dezenas de peixes daquela população, a diferença não passava de uma única unidade. Folclore amazônico? Talvez. O fato é que, para o pescador, o processo de preservação ocasionou um aumento de sua renda — o preço de venda do pirarucu saltou de R\$ 3,95, em 1999, para R\$ 6 no ano passado.

Nem todos os pescadores da reserva podem pescar nos lagos, apenas os que vivem naquele determinado setor. Há uma grita contra a medida. “Tem muito peixe aqui. Eles deveriam liberar a pesca para todos. O pessoal está sem comida”, diz um dos moradores da Boca do Mamirauá, outra comunidade da reserva, que prefere não se identificar. Para ele, as alternativas existentes à pesca não são viáveis para a necessidade das famílias. Quem não pode pescar, explica, deve recorrer à agricultura e à produção da farinha de mandioca. Mas conseguir com outras atividades o mesmo ganho que a pesca dá seria impossível. “Não é a pesca que tira o peixe do rio. É da natureza eles mudarem de área de tempos em tempos. Muitos, um dia, vão voltar”, crê o pescador.

Segundo uma pesquisa recente feita entre os moradores da reserva, a

maioria (35,54%) classificou como regular a atividade do projeto na última década. Em segundo lugar, com 31,01% da amostra, apareceu o adjetivo bom. Enquanto 11,30% disseram que o trabalho era prejudicial a eles, 8,88% e 8,33%, respectivamente, classificaram a iniciativa como muito boa e excelente. A menor parcela, 2,83%, crê que o projeto está sendo insuficiente. Os demais 6,33% não souberam avaliar o Mamirauá.

Parte dos que aprovam as iniciativas do “pessoal do projeto”, como os caboclos se referem aos pesquisadores, passou do apoio à prática. Os fiscais voluntários são integrantes das comunidades que, durante a noite, fazem vigília para evitar que pessoas de fora pesquem ou retirem madeira do oásis amazônico. Quase sempre, as turmas de fiscalização têm muito trabalho. Ao todo, são 35 agentes ativos. A fiscalização de praias, para que os quelônios depositem seus ovos com tranquilidade, também faz parte do trabalho dos voluntários. A população de tartarugas já dá sinais de recuperação.

Fiscais voluntários impedem a pesca e a extração ilegal de madeira

O projeto não se beneficia apenas dos voluntários para que as suas pesquisas consigam chegar ao fim de forma positiva. Além de oferecer técnicas de agricultura e novas tecnologias como mecanismo de captação de água da chuva, existe o programa de microcrédito, sob coordenação da antropóloga paraense Isabel Souza. “Um empréstimo alto, por exemplo, que já fizemos, foi de R\$ 10 mil”, explica. Esta quantia, segundo Isabel, foi dada a 50 pescadores que precisavam construir um galpão. “Não vamos financiar o que não seja para subsistência. Não damos dinheiro para um gerador destinado às televisões da vila”, explica. Além das ondas do rádio, a única forma de contato com o resto do mundo é a televisão. Leia-se novela das oito e “Jornal Nacional”.

A cidade mais próxima da grande área da reserva é Tefé, a oeste de Manaus, em direção — mas nem por isso perto — da fronteira do Brasil com a Colômbia. Por causa da proximidade, a sede física do projeto é nesta cidade. Quando viajam para Mamirauá, os pesquisadores ficam em flutuantes. Apesar de ter 60 mil habitantes, Tefé não se comunica por estrada com nenhuma outra cidade. A única ligação é aérea — a pista do pequeno aeroporto permite o pouso de jatos 737 — ou fluvial, via rio Solimões. Mesmo com a proximidade, os moradores de Tefé ainda não possuem uma relação muito direta com os objetivos do projeto. Talvez seja a vocação urbana daquela área, mas o contraste de situações é enorme, principalmente quando se vê a pouca preocupação com o lixo. “Precisamos nos mostrar mais para a cidade”, acredita Armstrong.

A realidade de Tefé, em termos de saneamento básico, mostra que as iniciativas da reserva de Mamirauá, mesmo que venham a ser entendidas e respeitadas por 100% da comunidade, não passarão de uma gota de água doce no deserto. Outros atores terão de entrar no processo para que a harmonia social e ambiental da Amazônia seja conseguida. As pressões, nacionais e internacionais, não param de ganhar força.